



Método para Diálogos
Sobre Patrimônio Cultural
e Mudanças Climáticas

IPHAN

Método para Diálogos
Sobre Patrimônio Cultural
e Mudanças Climáticas

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura

Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Leandro Antonio Grass Peixoto

Assessoria de Assuntos Internacionais da Presidência do Iphan

Juliana Izete Muniz Bezerra

Diretoria do Iphan

Adriana Fátima Bortoli Araújo

Andrey Rosenthal Schlee

Cejane Pacini Leal Muniz

Daniel Borges Sombra

Deyvesson Israel Alves Gusmão

Departamento de Articulação, Fomento e Educação

Cejane Pacini Leal Muniz

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio

Luciana Jobim Navarro

Serviço de Produção Editorial

rnld Nogueira

Assessoria Internacional de Cooperação e Articulação

Ricardo Medeiros Coelho de Souza

Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural

Lafís Helena Custodio Rodrigues de Queiroz



Método para Diálogos Sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas

Iphan, Brasília, 2025

Texto

Luana Cristina da Silva Campos
Juliana Izete Muniz Bezerra
Ricardo Medeiros Coelho de Souza
Sofia Salustiano Botelho
Carolina di Lello Jordão Silva

Revisão de Texto

Tikinet Edição Ltda

Direção de Arte

Antonio Marcos Demeneghi da Silva
rnld Nogueira

Projeto gráfico e Diagramação

David Arantes

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

.....
M593

Método para diálogos sobre patrimônio cultural e mudanças climáticas / Organização : Luana Cristina da Silva Campos ... [et al]. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
57 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-476-9

1. Patrimônio cultural.
2. Mudanças climáticas
3. Políticas públicas. I. Campos, Luana Cristina da Silva.

CDD 363.69018

.....
Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

Sumário

Apresentações	10
Método para Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas	16
Breve histórico do Ciclo de Diálogos	17
Oficina para Diálogo – Dia 1	22
Oficina para Diálogo – Dia 2	32
Sugestões para Transformar Ideias em Políticas Públicas de Cultura	36
Glossário	44
Referências Bibliográficas	54



| Apresentações

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) tem a alegria de apresentar o “Método para Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas”, uma proposta aberta a todos que se interessam por proteger e valorizar o Patrimônio Cultural Brasileiro diante de um dos maiores desafios de nosso tempo: os efeitos das mudanças climáticas.

O tema das mudanças climáticas é pauta científica consolidada há quase quatro décadas. Desde a Rio 92 – a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que resultou na assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) – governos e sociedade civil de todo o mundo se reúnem para buscar soluções, nas chamadas Conferências das Partes (COP).

A partir de 2023, o Iphan, em parceria com Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Icomos no Brasil, passou a promover encontros com um público diverso: gestores culturais, detentores e detentoras de patrimônio, moradores e moradoras de sítios tombados, pesquisadores, pesquisadoras e estudantes, tanto do Brasil quanto de outros países. O objetivo foi identificar os principais desafios e, mais do que destacar a vulnerabilidade do patrimônio frente às mudanças do clima, revelar a força e a resiliência dos saberes e práticas tradicionais.

O método que apresentamos neste livro nasceu dessa experiência. Ele ajudou a formar uma rede de agentes comprometidos e atuantes, dispostos a construir soluções conjuntas e fundamentadas em evidências. Essa iniciativa reflete o papel das políticas culturais: promover o bem viver, respeitando a diversidade cultural e as especificidades de cada território. Está alinhada também aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – especialmente o ODS 11 (cidades e assentamentos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), o ODS 13 (ação global contra a mudança do clima) e o ODS 17 (fortalecimento das parcerias para o desenvolvimento sustentável).

Ao longo desse processo, buscamos enfrentar o negacionismo e a desinformação climática, valorizando as vozes das comunidades mais vulneráveis e criando espaços de diálogo e participação social para uma gestão compartilhada do patrimônio cultural.

Neste ano em que o Brasil sedia a Conferência das Partes da Convenção do Clima, o Iphan reafirma seu compromisso de promover bases sólidas para ações de adaptação, com um olhar intersetorial, inclusivo e atento às pessoas e aos lugares que fazem a riqueza do nosso Patrimônio Cultural Brasileiro.

Leandro Grass

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan

As mudanças climáticas impõem desafios cada vez mais urgentes às políticas públicas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Eventos climáticos extremos, degradação ambiental e transformações nos modos de vida afetam diretamente o patrimônio cultural, tanto em sua dimensão material quanto imaterial. Essas transformações tocam não apenas a natureza, mas também as memórias, os lugares e os saberes que nos constituem como povo.

No Brasil, onde cada território abriga histórias, memórias e expressões únicas, preservar o patrimônio cultural é também proteger as pessoas e seus modos de viver diante das incertezas climáticas. Reconhecendo essa urgência, o Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Iphan tem buscado incorporar essa agenda à sua atuação institucional, tecendo ações que integram educação patrimonial, políticas de fomento e articulação federativa. A partir desse olhar, a ação climática voltada ao patrimônio cultural se tornou um dos eixos temáticos da construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, pois as estratégias de enfrentamento, adaptação e resiliência exigem esforços coordenados entre União, estados, municípios e sociedade civil, em um processo de corresponsabilidade e cooperação.

Essa perspectiva ecoa também um chamado internacional. A relevância da interseção entre patrimônio e clima tem sido reconhecida internacionalmente em várias instâncias, como a Mondiacult 2022, a Conferência Mundial da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável. A Declaração Final da Conferência salienta a importância de integrar o patrimônio cultural nos debates sobre mudanças climáticas e reconhece o papel da cultura na ação climática, especialmente considerando os sistemas de conhecimento tradicionais e indígenas.

É desse encontro entre urgência e esperança que nasce esta publicação. Ela apresenta uma metodologia participativa destinada a facilitar e estimular iniciativas que abordem a relação entre proteção do patrimônio cultural e mudanças climáticas. A proposta metodológica resulta das experiências colhidas e sistematizadas no Ciclo de Diálogos realizado pelo Iphan em parceria com o Comitê Científico de Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas do Icomos Brasil, visando apoiar processos de mobilização social, formação e capacitação de agentes, e a construção coletiva de estratégias adaptativas nos diferentes territórios.

Mais do que um instrumento técnico, esta publicação expressa um compromisso: fortalecer capacidades locais, ampliar a participação social e valorizar o patrimônio cultural como dimensão central da ação transformadora no enfrentamento das mudanças climáticas. Esperamos que este material sirva de ponto de partida e de fonte de inspiração para novas conexões, aprendizagens e ações em todo o país.

Cejane Leal Pacini Muniz

Diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Iphan

O escritor indiano Amitav Ghosh nos provoca em sua obra *O Grande Desatino* ao afirmar que “a crise climática é também uma crise da cultura e, portanto, da imaginação” (p. 16). Será que estamos tão soterrados por números e dados sobre o “ponto de não retorno” a ponto de nos paralisarmos, incapazes de sonhar com o futuro? Estaremos congelados por tantas incertezas?

Não há dúvidas de que o século XX nos trouxe imensas desilusões. Vimos invenções geniais, como antibióticos, vacinas e tecnologias de comunicação, mas também fomos testemunhas ou herdeiros de memórias marcadas pela desesperança de duas grandes guerras, a criação de armas nucleares, genocídios, ditaduras e tantas outras ações que nos colocaram em dilemas civilizacionais. O século XXI, ainda tão novo, não parece ter inaugurado histórias melhores. Este “capitalismo canibal” teria nos transformado em mortos-vivos?

O filósofo Ailton Krenak nos questiona: “Como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício de ser? A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (Krenak, 2019: 8).

A esperança na memória ancestral e na ação conjunta

Nesse contexto desafiador, a esperança vem da memória ancestral, dos vínculos, da imaginação, dos sonhos e, portanto, de nossas culturas. É urgente que restabeleçamos nossa capacidade de viver, de conhecer nossos passados, de pactuar e de construir, de forma conjunta, novos futuros. Chegamos a um tempo em que apenas divulgar modelos, números e dados já não é suficiente para capturar nossa força de criar soluções. É contra essa paralisia que apresentamos a você o texto a seguir.

Este documento, que chamamos de cartilha por sua função explicativa, é fruto de intensos diálogos — ou, mais precisamente, do Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, promovido pelo Iphan e pelo Icomos, iniciado em 2023 e finalizado em 2025. Neste ciclo, passamos por diferentes biomas e conhecemos detentores, gestores, líderes comunitários e estudiosos do tema. Juntos, identificamos o efeito das mudanças climáticas em cada território e, em especial, o potencial do patrimônio cultural para a criação de ações efetivas de enfrentamento.

Temos, portanto, uma cartilha que divulga um método para diálogos sobre patrimônio cultural e mudanças climáticas. Esse método envolveu — e continuará a envolver — a participação ativa das comunidades de forma inclusiva, dialógica e propositiva, como nos informam seus autores.

Um instrumento prático para um futuro diferente

É por meio desse método, que se prepara as comunidades para ações práticas, já que os problemas já estão à nossa porta. O desenvolvimento do método em oficinas de preparação de agentes das próprias comunidades demonstra sua eficácia pela replicabilidade em diferentes escalas. Aqui você encontra caminhos que podem ser implementados de forma rápida e espelhados em diferentes biomas. A diversidade, a replicabilidade e a preparação concreta e ágil são os méritos deste documento que agora se torna público.

A separação entre natureza e cultura, tão enraizada no pensamento ocidental, precisa ser quebrada com urgência. Pensamentos não ocidentais nos servem de inspiração. Para termos outras possibilidades de futuro, precisamos reaproximar, de forma orgânica, a natureza e a cultura. Essa união precisa da força da urgência e da união de todos. Que esta publicação consiga se contrapor às ameaças aos direitos difusos da humanidade, problemas que agora precisam ser reparados por aqueles que os causaram.

Em um momento em que vivemos a iminência de catástrofes climáticas devido ao impacto humano, temos que nos mobilizar para criarmos futuros mais justos, plenos, inclusivos e saudáveis. As mudanças climáticas provocam severos impactos não apenas na natureza e em nossas condições materiais de vida, mas também na cultura em suas diversas formas de expressão, impactando a existência da vida em suas múltiplas formas. É importante estarmos preparados para esse futuro, e essa antecipação prospectiva inclui a criação de uma cultura de identificação de perigos, riscos e formas de enfrentá-los.

O que apresentamos aqui é um instrumento para agirmos em conjunto. Ultrapassamos os campos de ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos Brasil) e chegamos até você. Entendemos que o Brasil é um laboratório perfeito para essa ação tanto pela diversidade de biomas quanto pela diversidade de seu patrimônio cultural, e daí advém o acerto metodológico da ação, ao criar oficinas nas diferentes regiões do país. A proposta, portanto, é agirmos em conjunto e sonharmos um futuro diferente daquele que se aproxima.

Flavio Carsalade

Presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - Brasil

Aline Vieira de Carvalho

Presidente do Comitê sobre Patrimônio e Mudanças climáticas

Método para Diálogos Sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas



Uma ferramenta participativa para a construção de políticas públicas de patrimônio cultural e mobilização local.

As mudanças climáticas impõem desafios cada vez maiores à proteção do patrimônio cultural e natural. Diante dessa realidade, o **Método para Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas** surge como um instrumento acessível e aplicável para a realização de oficinas em diferentes contextos – seja junto a comunidades, grupos locais, pesquisadores, gestores culturais e ambientais e usuários de unidades de conservação ou representantes de organizações que desejam estabelecer estratégias para a proteção do patrimônio cultural em seu território.

Essa metodologia foi construída a partir das experiências do **Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas**, realizado entre 2023 e 2025 nos diversos biomas brasileiros. O percurso das oficinas foi moldado pela troca de saberes entre detentores de conhecimento tradicional, pesquisadores, gestores públicos e sociedade civil, promovendo um processo **inclusivo, dialógico, diagnóstico e propositivo**. Além de levantar vulnerabilidades e impactos das mudanças climáticas sobre os bens culturais, as oficinas buscam estruturar diretrizes para ações concretas que possam subsidiar políticas públicas para a resiliência e a adaptação climática.

Reconhecendo a diversidade territorial e cultural do Brasil e a abrangência do patrimônio cultural, este material apresenta um passo a passo metodológico para facilitar o diálogo, identificar riscos, propor soluções e fortalecer redes de colaboração para a salvaguarda e preservação do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas. Acreditamos que, ao fomentar esses encontros e registros, ampliamos a capacidade de resposta das comunidades e contribuimos para que o patrimônio cultural seja um aliado na construção de um futuro sustentável e resiliente.



A cultura e o patrimônio moldam, de formas sutis e complexas, o modo como as pessoas percebem, interpretam e respondem aos riscos trazidos pelas mudanças climáticas.

Breve Histórico do Ciclo de Diálogos Sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas

O **Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas** é uma iniciativa conjunta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia do Ministério da Cultura, e do Comitê de Mudanças Climáticas e Patrimônio do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos Brasil), iniciada em 2023. O Ciclo tem como objetivo identificar, de forma participativa e representativa, os principais desafios à proteção do patrimônio cultural brasileiro diante das mudanças climáticas, bem como as ações possíveis e necessárias para fortalecer as capacidades e a resiliência das comunidades envolvidas.

O Ciclo mobilizou uma rede de agentes públicos, detentores de bens culturais, gestores e pesquisadores interessados na temática, promovendo a formação de redes, o compartilhamento de experiências e fortalecendo a interação entre os diversos agentes do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural nas esferas federal, estadual e municipal, além de atores internacionais desse campo.

As atividades do Ciclo de Diálogos incluíram reuniões presenciais em diferentes regiões do Brasil, abrangendo os principais biomas do país: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pampas, Mata Atlântica e Pantanal. O Ciclo contou com seis oficinas presenciais, sendo a primeira delas realizada como evento paralelo do Grupo de Trabalho de Cultura do G20, durante a presidência de turno brasileira do grupo, em Brasília, DF, em maio de 2024. As demais oficinas presenciais ocorreram em Corumbá (MS) e Paraty (RJ) ainda em 2024 e em São Raimundo Nonato (PI), Goiás (GO) e São Luís (MA) e Pelotas (RS) em 2025. Ademais, o Ciclo também incluiu etapas de mobilização virtual e webinários. Para a realização das oficinas presenciais, a iniciativa contou com diversos parceiros dos estados e municípios envolvidos, incluindo universidades, Institutos Federais (IF), gestores estaduais e municipais, fundações e conselhos estaduais, além de fóruns e organizações de povos e comunidades tradicionais.



Abertura do Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, 2024. Foto: Ricardo Medeiros.



Abertura do Evento paralelo Patrimônio Cultural e Ações Climáticas, no âmbito do Grupo de Trabalho de Cultura do G20, durante a presidência brasileira, em 27 de maio de 2024. Foto: Vitor Vec/MinC.

Esta iniciativa está alinhada aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e do Acordo de Paris, que reconhecem a importância da adaptação climática e da proteção do patrimônio cultural como elementos fundamentais para a resiliência das comunidades. O Objetivo Global de Adaptação (*Global Goal on Adaptation - GGA*), estabelecido no marco do Acordo de Paris, reforça a necessidade de fortalecer a capacidade adaptativa e reduzir vulnerabilidades, incluindo a proteção de bens culturais e conhecimentos tradicionais.

O Ciclo de debates presenciais foi concluído em agosto de 2025, tendo como horizonte a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), prevista para ocorrer em novembro de 2025, em Belém, Pará. A expectativa é que o evento seja uma oportunidade para destacar o papel da cultura e do patrimônio cultural nas respostas às mudanças climáticas, promovendo a integração dessas dimensões nas políticas públicas e nas ações globais de enfrentamento da crise climática.



A página do Ciclo de Diálogos sobre Patrimônio Cultural e Ações Climáticas <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/ciclo-de-dialogos-patrimonio-cultural-e-acoes-climaticas> reúne registros das atividades realizadas, documentos de referência e outras informações sobre essa iniciativa.

Oficina para Diálogo Sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas

Passo a passo para a realização da atividade

Esta oficina foi estruturada para ser um espaço dinâmico e participativo, onde os participantes poderão refletir sobre os impactos das mudanças climáticas sobre o patrimônio cultural, identificar riscos e propor estratégias de mitigação e adaptação. A seguir, apresentamos um roteiro detalhado das atividades, incluindo objetivos e materiais necessários.

Para referência dos termos utilizados, consulte a seção do glossário na página 44.



DICA: CONVIDANDO PARA OFICINA

Quanto maior a diversidade, melhores os resultados.

É fundamental a participação de representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, gestores públicos de diferentes esferas, detentores de bens culturais, usuários do patrimônio (moradores dos conjuntos urbanos tombados, turistas, guias etc.) e pesquisadores da área do patrimônio!

Para garantir a fluidez e participação, sugere-se o máximo de trinta participantes.



DICA: RELATORIA

Uma relatoria detalhada é essencial. Pode-se, com o consentimento de todos os presentes, gravar as atividades para posterior conferência, anotar todas as informações importantes, gravar áudio das falas em cada apresentação. Importante: guardar todos os papéis resultantes das dinâmicas, para a relatoria. Tudo é memória. Importante também destacar um mediador ou mediadora com capacidade de se comunicar em linguagem simples e acessível.

Quando se trata de diálogos com povos indígenas e/ou descendentes de imigrantes é muito importante que haja tradutores e intérpretes locais. A acessibilidade para pessoas com deficiência também deve ser prevista, para que os diálogos sejam inclusivos.

Recomenda-se encaminhar cópia do relatório e demais resultados das oficinas para acoesclimaticas@iphan.gov.br

Primeira Oficina



Primeira oficina do Ciclo em Brasília. Foto: Ricardo Medeiros, 2024.

Oficina para Diálogo Sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas - Dia 1

Início da Oficina



Tempo estimado: 15 minutos



Atividade: Cochicho



Descrição:

Os participantes serão divididos em duplas e terão 5 minutos para se conhecerem melhor, respondendo a perguntas simples, como:

- ▶ Qual seu nome?
- ▶ De onde você vem?
- ▶ Trabalha com o quê? Gosta do que faz? Ou por que se interessou por esse Diálogo? Ou, se trabalha com patrimônio cultural, por que gosta de trabalhar com patrimônio cultural?
- ▶ Perguntas quebra-gelo como: em qual local nasceu? Qual seu signo zodiacal? E outras, para iniciar uma conversa com mais vínculos entre os participantes.

Após essa conversa inicial, cada participante apresentará seu parceiro para o grupo, utilizando as respostas obtidas, com um tempo de meio minuto por apresentação.



Objetivo: Criar um ambiente acolhedor e promover a interação entre os participantes, facilitando futuras colaborações ao longo da oficina.



Materiais necessários:

- ▶ Datashow com computador ou
- ▶ Quadro ou cartolina com as perguntas

Identificação de Bens Culturais Vulneráveis



Tempo estimado: 15 minutos



Atividade: Brainstorm



Descrição:

Caso o público não esteja familiarizado com o tema, faça uma breve explanação do que é o patrimônio cultural, dando exemplos de bens conhecidos da região, e o que são as mudanças climáticas.



Mas, como saber o que é patrimônio?

O patrimônio cultural forma-se a partir de referências culturais que estão muito presentes na história de um grupo e que foram transmitidas entre várias gerações. Ou seja, são referências que ligam as pessoas aos seus pais, aos seus avós e àqueles que viveram muito tempo antes delas. São as referências que se quer transmitir às próximas gerações. Entre os elementos que constituem a cultura de um lugar, alguns podem ser considerados patrimônio cultural. São elementos tão importantes para o grupo que adquirem o valor de um bem - um bem cultural - e é por meio deles que o grupo se vê e quer ser reconhecido pelos outros. Notem que nem tudo que forma uma cultura é patrimônio cultural. Por exemplo, aspectos como a falta de educação no trânsito ou o costume de jogar lixo na rua são, sem dúvida, aspectos culturais, mas, definitivamente, não são patrimônios culturais.

O patrimônio cultural tem importância para muita gente, não só para um indivíduo ou uma família. Dessa maneira, interliga as pessoas. É sempre algo coletivo: uma história compartilhada, um edifício, uma festa ou um lugar que muitos acham importante, ou outros elementos em torno dos quais muitas pessoas de um mesmo grupo se identificam.

O patrimônio cultural faz parte da vida das pessoas de maneira tão profunda que, algumas vezes, elas sequer conseguem dizer o quanto ele é importante e por quê. Mas, caso elas o perdessem, sentiriam sua falta.

Como exemplo, citamos a paisagem do bairro; o jeito de preparar uma comida; uma dança; uma música; uma brincadeira.

Fazendo o inventário, é possível descobrir e documentar o repertório de referências culturais que constituem o patrimônio da comunidade, do território em que ela se insere e dos grupos que fazem parte dela.

Referências culturais são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (Iphan, 2015).

Cada participante será convidado a indicar um bem (material ou imaterial) que considere vulnerável às mudanças climáticas. Após a escrita do nome do bem, terá meio minuto para justificar sua escolha, respondendo:



“A qual efeito das mudanças climáticas o bem está exposto?”



Notas autoadesivas da Oficina realizada em Corumbá/MS. Foto: LAPAN/CPAN/UFMS, 2024.

Os nomes dos bens serão escritos em notas autoadesivas e fixados em um mural. Depois, o grupo analisará coletivamente as sugestões, discutindo sua relevância dentro do contexto das mudanças climáticas.

Em seguida, os participantes serão divididos em pequenos grupos de 3 a 4 pessoas, que deverão selecionar um bem para análise mais aprofundada, garantindo a representação de bens materiais e imateriais.



Objetivo: Promover um mapeamento participativo dos bens afetados pelas mudanças climáticas, considerando tanto elementos tangíveis quanto intangíveis.



Materiais necessários:

- ▶ Notas autoadesivas
- ▶ Pincéis ou canetinhas
- ▶ Cartolina ou folhas grandes



Exposição

O que é?

É a presença de pessoas, bens culturais, modos de vida ou recursos em locais que podem ser afetados por impactos climáticos.

No contexto do patrimônio cultural:

Exposição significa o quão próximo um bem cultural está de um risco climático específico, considerando o espaço e o tempo.

Essa característica é dinâmica: muda conforme o ambiente, as condições sociais e as transformações do território.

Exemplos práticos:

- ▶ Um sítio histórico localizado em área sujeita a enchentes está exposto ao risco de inundação.
- ▶ Uma festa tradicional que depende de um rio para ocorrer está exposta à seca prolongada



Intervalo



Adaptado de Sabour et al., 2024.

Identificação de Perigos e Vulnerabilidades



Tempo estimado: 30 minutos



Atividade: Listagem de perigos e vulnerabilidades



Descrição:

Cada grupo receberá uma cartolina dividida em dois lados:

- ▶ De um lado: Os participantes devem listar os principais perigos das mudanças climáticas em relação ao bem escolhido. (ex: enchentes, incêndios, erosão, poluição, urbanização descontrolada etc.)
- ▶ Do outro lado: Eles identificarão as principais vulnerabilidades dos bens selecionados (ex: inserção em comunidades carentes, áreas de gentrificação, população idosa, ameaças por grilagem, vandalismo, atividades ilegais, etc.).



Objetivo: Estimular uma análise mais aprofundada dos desafios enfrentados pelos bens culturais, promovendo um entendimento crítico dos impactos das mudanças climáticas.



Materiais necessários:

- ▶ Cartolinas
- ▶ Pincéis de cores preto, vermelho e azul



Tempo estimado: 20 minutos



Atividade: Relacione as Colunas

Perigo X Vulnerabilidade X Risco

PERIGO

Evento ou processo que pode causar dano.



Exemplo: enchentes, secas, incêndios.

VULNERABILIDADE

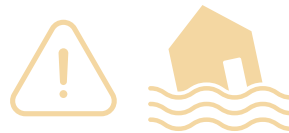
Fragilidade do bem ou da comunidade diante da ameaça.



Exemplo: falta de manutenção, pobreza, isolamento.

RISCO

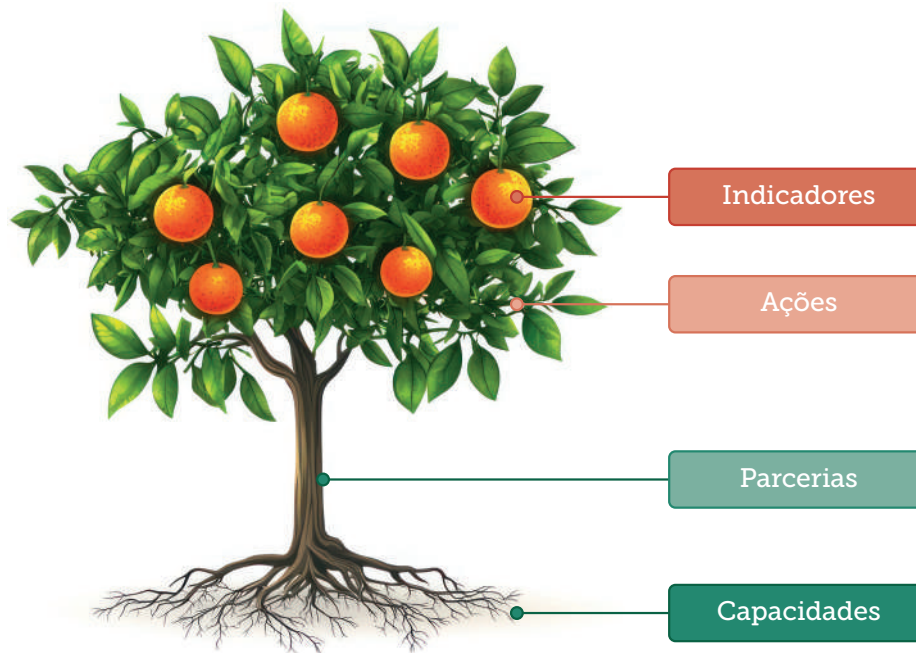
Combinação de ameaça + vulnerabilidade + exposição.



Exemplo: um sítio arqueológico em área de enchente sem proteção adequada.



Foto: Ricardo Medeiros, 2025.



EXEMPLOS

Sítio arqueológico		Bem imaterial: Ofício de ceramistas artesanais	
Exposição: área de desmatamento		Exposição: área de chuvas torrenciais	
Vulnerabilidade: Região de grilagem	Perigo: Seca prolongada	Vulnerabilidade: Carência econômica	Perigo: Chuvas prolongadas
Riscos <ul style="list-style-type: none"> ▶ Leve: queima parcial do bem ▶ Médio: descaracterização parcial do bem ▶ Alto: perda completa do bem 		Riscos <ul style="list-style-type: none"> ▶ Leve: Diminuição do período produtivo ▶ Médio: evasão dos detentores ▶ Alto: perda permanente do saber 	

Compartilhamento e Debate



Tempo estimado: 30 minutos



Atividade: Diálogo



Descrição:

Cada grupo apresentará seus cruzamentos de perigos, vulnerabilidades e riscos ao restante dos participantes da oficina. Durante as apresentações, os grupos deverão:

- ▶ Explicar as conexões estabelecidas.
- ▶ Destacar suas principais conclusões.
- ▶ Abrir para contribuições dos demais participantes.



Objetivo: Expandir o conhecimento coletivo sobre os impactos das mudanças climáticas no patrimônio cultural, identificando padrões e tendências que possam orientar ações futuras.



Materiais necessários:

- ▶ Fita adesiva branca

Encerramento



Tempo estimado: 20 minutos

Ao final da oficina, os participantes serão convidados a refletir sobre os aprendizados do dia e discutir próximos passos para a aplicação do método em seus territórios.

Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas



O patrimônio é o passado vivo, é a vida TRADICIONAL E ORIGINÁRIA!
Cacique Hoguim

a nossa floresta VEM DA MATA

PERIGOS:



deslizamentos



secas e falta d'água



inundações



queimadas



gentrificação



chuvas torrenciais

Se não fosse o RACISMO AMBIENTAL a tragédia poderia ter sido evitada!
Flávia Carvalho



VULNERABILIDADES:

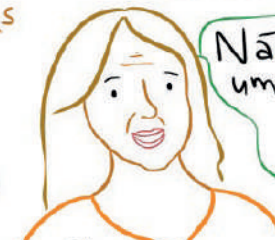


extinções



desmatamento

falta de capacitação



Silvia Helena Zarcunato

Não é mais apenas uma crise, é uma EMERGÊNCIA CLIMÁTICA!



RISCOS:



perda de identidade e conhecimentos tradicionais



fome



doenças

CAMINHOS POSSÍVEIS:



transmitir conhecimentos tradicionais



criar pactos de gestão integrada

repensar hábitos de consumo



Ilustração da oficina de Paraty. Imagem: Carolina Antunes, Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (OTSS).

Oficina para Diálogo Sobre Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas - Dia 2

Dando continuidade à oficina, o segundo dia é focado no mapeamento de capacidades, estratégias de enfrentamento e atores/agentes envolvidos na preservação do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas.



Tempo estimado: 15 minutos



Atividade: Cochicho



Descrição:

O moderador apresentará uma cartolina com o desenho de uma grande árvore. Os participantes serão divididos em grupos e convidados a preencher as diferentes partes da árvore, seguindo as diretrizes:



Raízes → Representam as capacidades já existentes para a preservação dos bens culturais diante das mudanças climáticas. Isso pode incluir conhecimentos tradicionais, infraestrutura disponível, recursos naturais e habilidades técnicas.



Caule → Apresenta as parcerias necessárias para otimizar essas capacidades. Isso envolve colaborações com comunidades locais, instituições governamentais, universidades, fundos, fundações, ONGs, dentre outros.



Folhas e Flores → Indicam as estratégias de enfrentamento dos riscos, associando as capacidades às parcerias. Aqui podem ser inseridas medidas de adaptação, educação, sensibilização e inovação.



Frutos → Representam os resultados esperados das ações propostas, como fortalecimento da resiliência dos bens culturais, conservação patrimonial e melhoria da qualidade de vida das comunidades. As cores dos frutos podem ser utilizadas para diferenciar impactos em diferentes áreas.



Objetivo: Criar uma representação visual clara e intuitiva sobre como as capacidades existentes podem ser potencializadas por meio de parcerias e estratégias de enfrentamento.

Patrimônio Cultural e Mudanças Climáticas



Materiais necessários:

- ▶ Cartolina com desenho de árvore
- ▶ Pincéis azul, preto e vermelho

Intervalo

Tempo estimado: 10 a 15 minutos



Ilustração da oficina de Paraty. Imagem: Carolina Antunes, OTSS.

Mapeamento de Atores Locais (Opcional)



Tempo estimado: 45 minutos



Atividade Opcional: Mapeamento de Atores e Relações de Conflito e Cooperação



Descrição:

Nesta atividade, os participantes, serão convidados a identificar os atores-chave e suas relações no território, considerando aspectos fundamentais para o combate aos efeitos das mudanças climáticas.

Cada grupo recebe uma cartolina, e no centro da cartolina escreve o nome do bem que está sendo analisado. Em torno desse nome, desenhar 3 círculos concêntricos:

Os grupos deverão:

- ▶ Sobre a linha do primeiro círculo, escrever o nome dos atores diretamente envolvidos com o bem;
- ▶ Sobre a linha do segundo círculo, escrever o nome dos atores indiretamente envolvidos com o bem;
- ▶ Sobre a linha do terceiro círculo, escrever o nome dos atores com potencial envolvimento com o bem.

Em seguida, traçar linhas conectando os atores de acordo com a sua relação entre eles, sendo azul para cooperação (azul) e conflito (vermelho), para melhor compreensão do cenário.

Após essa etapa, os grupos compartilharão seus mapeamentos, explicando as conexões e destacando oportunidades de colaboração e resolução de conflitos.



Objetivo: Desenvolver uma visão integrada e contextualizada dos desafios e estratégias de cada bioma para a preservação do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas.



Materiais necessários:

- ▶ Cartolina com os quatro círculos desenhados
- ▶ Pincéis azul, preto e vermelho



Observação: Deve-se considerar a disponibilidade de tempo dos participantes e o contexto local para a realização desta atividade opcional.

Troca de Conhecimento e Debate



Tempo estimado: 30 minutos



Atividade: Plenária



Descrição:

Os cartazes produzidos pelos grupos serão expostos em um painel coletivo, permitindo que todos visualizem os trabalhos uns dos outros.

Cada grupo terá um momento para apresentar suas conclusões, incentivando o debate sobre os desafios e as possíveis estratégias de ação.



Objetivo: Facilitar a troca de conhecimentos entre os participantes e estimular a construção coletiva de estratégias para a preservação do patrimônio cultural em contextos de mudanças climáticas.



Materiais necessários:



Fita adesiva branca para fixação dos cartazes

Encerramento



Tempo estimado: 15 minutos

Ao final da oficina, os participantes serão convidados a refletir sobre os aprendizados dos dois dias e discutir os próximos passos para a implementação das estratégias em seus territórios.

Sugestões para transformar ideias em políticas públicas de cultura

A transformação de ideias em políticas públicas é um processo essencial para fortalecer a cultura e garantir a preservação e promoção do patrimônio cultural. Este capítulo apresenta um guia prático para atores e agentes culturais, gestores, técnicos e cidadãos interessados em levar propostas ao setor público, em todas as esferas governamentais – federal, estadual e municipal.

1. Entendendo o Contexto e a Importância das Políticas Públicas de Cultura

As políticas públicas de patrimônio cultural definem estratégias e ações para a preservação e a salvaguarda, valorização e promoção do patrimônio cultural, incentivando a participação social e o acesso a direitos culturais. No Brasil, esses instrumentos são fundamentais para:

- ▶ Garantir direitos culturais e promover a inclusão social;
- ▶ Valorizar as diversidades regionais e os saberes tradicionais;
- ▶ Fomentar a economia criativa e a geração de emprego e renda;
- ▶ Contribuir para a educação e formação cidadã.

É importante lembrar também que as ações de proteção do patrimônio cultural diante das mudanças climáticas no Brasil estão inseridas em um contexto internacional de compromissos e metas climáticas. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e o Acordo de Paris estabelecem diretrizes que reconhecem:

- ▶ A importância dos conhecimentos tradicionais e sistemas de conhecimento indígenas para a adaptação (Artigo 7 do Acordo de Paris);
- ▶ A necessidade de abordagens participativas que envolvam comunidades locais, levando em conta suas formas tradicionais de ser, estar no mundo e decidir sobre o que as afetam ;
- ▶ O Objetivo Global de Adaptação (GGA), que busca fortalecer a resiliência e reduzir vulnerabilidades, incluindo a proteção de patrimônios culturais;

▶ As Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil, que incluem compromissos de adaptação baseada em ecossistemas e valorização de conhecimentos tradicionais.

2. Etapas para Transformar Ideias em Políticas Públicas

2.1. Diagnóstico e Mapeamento

Todo o processo de construção das oficinas e seus resultados deve ser levado em conta. Os diagnósticos e mapeamentos são realizados por meio da relatoria das atividades desenvolvidas durante as oficinas e diálogos.

Esta relatoria sintetiza as discussões da oficina e apresenta um diagnóstico estruturado das ameaças enfrentadas pelo patrimônio cultural diante das mudanças climáticas. O uso da Matriz de Risco permite visualizar os desafios em diferentes níveis e embasar ações estratégicas para proteção do patrimônio.



Responsável pela relatoria: Preencha com os nomes e contatos dos(as) responsáveis pela relatoria



Data da conclusão do relatório: Insira aqui a data de conclusão da relatoria

Matriz de Risco - Diagnóstico das Ameaças ao Patrimônio Cultural

Categoria	Nível 1 (Geral)	Nível 2 (Específico)	Nível 3 (Detalhado - Exemplos Locais)
Perigos (Eventos ou processos que representam ameaças ao patrimônio)	Mudanças climáticas: temperatura, precipitação, umidade, velocidade do vento, radiação solar, cobertura de nuvens e pressão atmosférica.	Enchentes, erosão, incêndios, secas, elevação do nível do mar, aumento da temperatura	Exemplo: Enchentes sazonais que ameaçam igrejas coloniais no Centro Histórico de São Luís (MA)
Vulnerabilidades (Fatores que aumentam a suscetibilidade do patrimônio aos perigos identificados)	Condição socioeconômica, infraestrutura deficiente, baixa proteção legal	Falta de manutenção, ausência de planos de adaptação, degradação ambiental	Exemplo: Comunidades quilombolas sem acesso a políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural
Exposição (Localização e presença de bens patrimoniais em áreas de risco)	Patrimônio material e imaterial exposto a riscos climáticos	Bens tombados em áreas de risco, sítios arqueológicos em locais de desmatamento, bens imateriais ameaçados pelo deslocamento populacional	Exemplo: Sítios arqueológicos em áreas de avanço do mar no litoral catarinense
Respostas (Ações existentes ou propostas para mitigação, adaptação e preservação do patrimônio cultural)	Medidas preventivas, políticas públicas, envolvimento comunitário	Estratégias de resiliência, financiamento, governança participativa	Exemplo: Criação de um plano municipal de adaptação para o patrimônio cultural.

2.2. Análise dos Resultados

Com base na Matriz de Risco, podemos destacar os seguintes **pontos-chave da oficina**:



Principais ameaças identificadas: (resumo dos principais perigos discutidos)



Patrimônios mais vulneráveis: (quais bens e manifestações culturais foram mais citados como suscetíveis aos impactos das mudanças climáticas)



Fatores de exposição mais críticos: (locais ou grupos mais impactados dentro do território analisado)



Ações sugeridas: (principais propostas para adaptação e resiliência)

3. Recomendações e próximos passos

A partir dos diálogos da oficina, é possível planejar:



Ação imediata: por exemplo, articulação com órgãos de gestão do patrimônio para medidas emergenciais



Ação de médio prazo: por exemplo, criação de planos de adaptação local para patrimônio cultural



Ação de longo prazo: por exemplo, fortalecimento de políticas públicas e captação de recursos



Atores envolvidos: quem deve ser acionado: órgãos públicos, comunidades, universidades, organizações da sociedade civil

Próximos passos: exemplo: elaborar um documento formal com as conclusões da oficina para encaminhamento ao poder público.

3.1. Formulação da Proposta

Elabore um plano de ação integrado, considerando parcerias estratégicas, recursos necessários e prazos para implementação.

Incorpore a diversidade de saberes e práticas locais, valorizando o conhecimento tradicional e a participação de atores da sociedade civil.

3.2. Participação e Mobilização

Envolva a comunidade e os atores locais: a construção coletiva da proposta fortalece a legitimidade e a aplicabilidade das políticas.

Realize consultas públicas, audiências e fóruns para debater a proposta e ajustá-la conforme as demandas dos diversos segmentos culturais.

Capacite os participantes para que se tornem multiplicadores do projeto em seus territórios.

4. Encaminhamento das Propostas ao Poder Público

Após a realização das oficinas e a estruturação das propostas, o próximo passo é encaminhar as ideias aos responsáveis pela formulação e implementação das políticas culturais nas diferentes esferas.

4.1. Diálogo com o Poder Executivo

O Poder Executivo é responsável pela implementação de políticas públicas e pode ser acessado por meio das ouvidorias e outros canais de atendimento das secretarias e outras instâncias municipais, estaduais e federais de cultura, e demais órgãos relacionados ao tema.



Para onde encaminhar as propostas?

- ▶ Ministério da Cultura: www.gov.br/cultura
- ▶ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan: <https://www.gov.br/iphan/>
- ▶ Outros Ministérios e órgãos federais relacionados ao tema: verifique os canais de contato de cada órgão.
- ▶ Secretarias Estaduais e Municipais de Cultura: verifique os canais das respectivas prefeituras e governos estaduais.
- ▶ Conselhos estaduais, municipais e distrital com atuação nas políticas de cultura e patrimônio.

Secretarias Municipais de Meio Ambiente: A Lei nº 14.904, de 2024, estabelece diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima no Brasil. Ela institui um papel estratégico para os municípios na elaboração e implementação de planos de adaptação à mudança do clima e determina que os planos municipais devem integrar-se às políticas públicas locais e às estratégias de desenvolvimento, considerando os riscos climáticos e vulnerabilidades específicas de cada território. É importante promover ações articuladas entre as áreas de cultura e de meio ambiente na temática.



Como agir?

Participar das construções locais e nacionais das políticas setoriais de patrimônio cultural, como parte do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural articulado ao Sistema Nacional de Cultura.

O Sistema Nacional de Patrimônio Cultural é uma rede ampla de agentes governamentais e não governamentais que operam a preservação, proteção e promoção do patrimônio cultural nas mais variadas áreas de atuação, por todo o território nacional. O SNPC apoia-se em princípios de gestão que observam o compartilhamento de responsabilidades sobre os bens culturais, o respeito à diversidade e à especificidade da gestão cultural nas unidades da federação e a efetiva participação social nas esferas decisórias.

<https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/sistema-nacional-do-patrimonio-cultural-snpc>

- ▶ Participação em audiências públicas, conferências de cultura e consultas populares e demais fóruns participativos para construção de políticas públicas.
- ▶ Proposição de programas e projetos junto aos órgãos executivos.
- ▶ Proposição de projetos culturais para editais locais ligados à Política Nacional Aldir Blanc (PNAB).
- ▶ Articulação com empresas que possam apoiar, via Lei Rouanet ou outros mecanismos, projetos de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural local e ação climática.
- ▶ Articulação com Pontos e Pontões de cultura locais, bem como Casas do Patrimônio ou Centros de Referência de Bens culturais Registrados.
- ▶ Articulação com instâncias participativas locais, como conselhos de cultura, de patrimônio ou outros conselhos intersetoriais.
- ▶ Articulação com instâncias participativas internacionais, como a Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas da UNFCCC (<https://unfccc.int/LCIPP>), via associações e representações de povos indígenas e comunidades tradicionais

Lembre-se de considerar os compromissos internacionais: As propostas devem referenciar os compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, especialmente quanto ao Objetivo Global de Adaptação (GGA) e à valorização dos conhecimentos tradicionais previstos no Artigo 7 do Acordo. Isso fortalece a argumentação técnica e política das propostas junto aos gestores públicos.

4.2. Diálogo com o Poder Legislativo

Os parlamentares têm papel essencial na formulação e aprovação de leis e emendas orçamentárias que garantem recursos e direitos culturais.



Para onde encaminhar as propostas?

- ▶ Procure os mandatos de seus senadores, senadoras, deputados e deputadas eleitos/as e mobilize apoio às ações ligadas ao patrimônio cultural e mudanças climáticas.
- ▶ Acione os/as vereadores/as locais para estruturação da legislação e políticas locais relacionadas à pauta.
- ▶ Peça interface e diálogos políticos sobre os interesses de sua comunidade ou grupo.

Links úteis:

- ▶ Câmara dos Deputados: www.camara.leg.br
- ▶ Senado Federal: www.senado.leg.br



Como agir?

- ▶ Sugestão de Projetos de Lei.
- ▶ Proposição de emendas parlamentares para financiamento de projetos sobre patrimônio cultural.
- ▶ Mobilização para inclusão do patrimônio cultural e mudanças climáticas no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como nos orçamentos e planos estaduais e municipais.

Para além das políticas públicas

Embora esta cartilha tenha foco principalmente em políticas públicas, é importante lembrar que outros agentes também podem — e devem — ser acionados na promoção de ações para o patrimônio cultural e o clima.

Além do poder público, iniciativas da sociedade civil, fundos climáticos internacionais, organizações filantrópicas e o setor privado podem apoiar projetos locais — seja com recursos financeiros, conhecimento técnico ou articulação em rede.

Projetos bem estruturados, com base no protagonismo das comunidades e no conhecimento dos territórios, podem encontrar apoio em diferentes frentes. Não hesite em buscar parcerias!

5. Conclusão

Transformar ideias em políticas públicas de cultura e de patrimônio cultural no Brasil requer mobilização social, planejamento estratégico e diálogo constante com os poderes Executivo e Legislativo. As oficinas participativas são ferramentas fundamentais para garantir que as propostas sejam construídas de forma coletiva e fundamentadas na realidade dos territórios.

Com metodologias bem estruturadas e articulação política eficaz, é possível garantir o futuro do nosso patrimônio cultural e fortalecer sua resiliência diante das mudanças climáticas.

I Glossário

O glossário a seguir tem caráter orientativo e visa apoiar as atividades práticas propostas, oferecendo referências úteis para a compreensão dos temas abordados. As definições aqui reunidas são utilizadas no contexto desta iniciativa e não constituem posicionamentos oficiais do Iphan ou do Icomos Brasil, podendo ser ajustadas conforme o avanço conceitual nas áreas de patrimônio cultural e mudanças climáticas.

ADAPTAÇÃO

Nos sistemas humanos, o processo de ajuste ao clima atual ou esperado e seus efeitos, a fim de moderar danos ou explorar oportunidades benéficas (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

Mitigação x Adaptação

Mitigação	Adaptação
<p>Reduz as causas das mudanças climáticas.</p> <p>Foco em diminuir emissões de gases de efeito estufa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Uso de energias renováveis. ▶ Reflorestamento. ▶ Reuso adaptativo de edifícios. 	<p>Reduz os impactos das mudanças climáticas.</p> <p>Foca em ajustar sistemas humanos e naturais para lidar com riscos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Construção de barreiras contra enchentes. ▶ Planos de emergência para secas. ▶ Proteção de bens culturais vulneráveis.

ATRIBUTOS

Os atributos são aspectos de um bem cultural que estão associados ou expressam os valores do local (para Sítios do Patrimônio Mundial, seu Valor Universal Excepcional). Os atributos podem ser tangíveis, intangíveis ou baseados em processos. Eles podem ser qualidades físicas ou materiais, ou as relações entre elas. Também podem incluir processos que impactam as qualidades físicas, como processos naturais ou agrícolas, arranjos sociais ou práticas culturais que moldaram paisagens distintas. Para os bens naturais, os atributos podem incluir características da paisagem, habitats, aspectos da qualidade ambiental (como integridade e alto nível de conservação ambiental), escala e naturalidade dos habitats, e tamanho e viabilidade das populações de vida selvagem.

CAPACIDADE

Capacidade, no contexto da preservação do patrimônio cultural, pode ser compreendida como o conjunto de atributos, recursos e condições — internos e externos ao bem cultural — que favorecem a resistência, a resiliência, a resposta e a adaptação diante dos efeitos das mudanças climáticas. Essa abordagem considera que a capacidade de um bem cultural não é apenas reativa (como na adaptação), mas também preventiva e proativa, permitindo retardar, mitigar ou absorver impactos climáticos de modo a preservar sua integridade e valor cultural (UNDP, 2010; Unesco/Iccrom/Icomos/IUCN, 2023; Preserving Legacies, 2024).



A capacidade inclui elementos como:

- ▶ a robustez física e simbólica do bem (materiais, técnicas construtivas, valores culturais),
- ▶ os sistemas de gestão e proteção existentes,
- ▶ o envolvimento comunitário e a mobilização social em torno do bem,
- ▶ a presença de políticas públicas e suporte institucional, e
- ▶ a capacidade de aprendizado e reorganização diante de eventos extremos.

CAPACIDADE ADAPTATIVA

A capacidade de sistemas, instituições, seres humanos e outros organismos de se ajustarem a danos potenciais, aproveitarem oportunidades ou responderem às consequências (IPCC, 2021; IPCC, 2022; IPCC, 2022). Agentes como a Defesa Civil e outros órgãos, como os de infraestrutura e gestão urbana, também compõem a capacidade de resposta.

CONHECIMENTO INDÍGENA

Sistemas de conhecimento indígenas são integrais aos complexos culturais, abrangendo linguagem, sistemas de classificação, práticas de uso de recursos, interações sociais, políticas, valores, rituais e espiritualidade. Esses sistemas de conhecimento são holísticos, cíclicos e orientados por processos e pelo local (Cajete, 2016; Little Bear, 2020).

CONHECIMENTO LOCAL

Compreensões e habilidades desenvolvidas por indivíduos, comunidades, grupos sociais e populações específicas aos lugares onde vivem. O conhecimento local informa a tomada de decisões sobre aspectos fundamentais da vida, desde atividades cotidianas até ações de longo prazo (Unesco, 2018, tradução nossa).

EXPOSIÇÃO

A exposição de bens culturais às mudanças climáticas é a condição que torna esses bens vulneráveis aos efeitos do clima a depender do lugar e do momento em que o bem está inserido, considerando aspectos sociais, culturais e ambientais do entorno.

No campo do patrimônio, a exposição está relacionada à proximidade — no tempo e no espaço — entre os valores e características do bem cultural e os riscos climáticos específicos que podem afetá-lo.

DETENTOR DO CONHECIMENTO TRADICIONAL E/OU DE BENS CULTURAIS IMATERIAIS

Detentor é aquela pessoa que integra comunidades, grupos, segmentos ou coletividades que possuem relação direta com a dinâmica de produção e reprodução de determinado bem cultural imaterial ou de seus bens culturais associados. A prática cultural possui valor referencial para estas pessoas por ser expressão da história e da vida de uma comunidade e parte constituinte da memória e identidade (Iphan, 2016 e IEPHA/MG, 2024).



É importante notar que “conhecimento local” costuma ser a tradução utilizada nos compromissos e convenções internacionais, quando se refere ao que no Brasil ficou conhecido como conhecimentos, práticas e usos tradicionais de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Vide Decreto n. 6.040/2007, entre outros.

Exemplo:

Em todo o mundo, os povos indígenas e as comunidades locais (PICL) com uma longa história de interação com o seu ambiente desenvolveram sistemas de conhecimento intrincados e complexos (incluindo conhecimentos, tecnologias e formas de organização) que lhes permitem detectar não só as alterações no clima local e a variabilidade climática, mas também os efeitos diretos dessas alterações no ambiente do qual dependem.

Esses conhecimentos incluem formas de manejo da terra, construção, medicina tradicional, produção artesanal, festividades e outras manifestações.

GENTRIFICAÇÃO

É um processo de transformação urbana caracterizado pela valorização de áreas antes periféricas ou de menor prestígio econômico, resultando na substituição da população original — geralmente de baixa renda — por grupos com maior poder aquisitivo. Esse fenômeno pode ser impulsionado por investimentos públicos e privados, requalificação de espaços históricos e mudanças na infraestrutura urbana (furtado, 2014).

GESTOR DO PATRIMÔNIO

Indivíduo ou instituição responsável pela administração, proteção e promoção do patrimônio cultural e natural. No Brasil, esse papel pode ser desempenhado por órgãos públicos (como o Iphan e as secretarias de cultura estaduais e municipais), universidades, instituições privadas, comunidades locais e grupos sociais que assumem a gestão compartilhada de bens patrimoniais (Pestana, 2015)

IMPACTOS (CONSEQUÊNCIAS, RESULTADOS)

Os impactos consistem nos efeitos sobre atributos patrimoniais, tanto em termos de conservação quanto de transmissão de valores patrimoniais, podendo ser adversos ou benéficos (Preserving Legacies, 2024). Conceitos integrados à metodologia de avaliação de riscos em patrimônios estão também presentes no documento Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0 (Unesco/Iccrom/Icomos/IUCN, 2023), que aborda diretrizes para avaliação de impactos e gestão de riscos em sítios patrimoniais

MAGNITUDE

Reflete a escala, intensidade ou severidade de um perigo, exposição, vulnerabilidade ou impacto. Essa métrica ajuda a caracterizar a extensão potencial ou observada da interrupção, dano ou perda associada a um evento ou condição climática específica (Preserving Legacies, 2024)

MITIGAÇÃO (DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS)

Uma intervenção humana para reduzir emissões ou aumentar a absorção de gases de efeito estufa (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

PERDAS E DANOS

São aqueles efeitos negativos que aparecem pela variabilidade climática e da mudança climática que as pessoas não conseguiram lidar ou se adaptar. As Perdas não econômicas estão relacionadas aos impactos das mudanças climáticas que são difíceis de quantificar, mas que influenciam o grau de vulnerabilidade dos sistemas humanos (como perda de práticas tradicionais de vida, herança cultural, perda de vidas e saúde das pessoas etc.) Há a inquietude que, no futuro, as perdas e danos sofridos por outras espécies e ecossistemas em geral também serão consideradas. (Unicef, 2020).

As perdas e danos principais podem ser traduzidas em 5 “Ds”

DESTRUCTION (DESTRUIÇÃO)

Dano físico ou perda de materiais patrimoniais, estruturas ou elementos da paisagem.

DISRUPTION (INTERRUPÇÃO)

Interrupção de práticas, ritmos ou relações que sustentam o patrimônio.

DISPLACEMENT (DESLOCAMENTO)

Separação de pessoas, espécies ou práticas culturais dos seus lugares de pertencimento.

DECONTEXTUALISATION (DESCONTEXTUALIZAÇÃO)

Desconexão do patrimônio do seu contexto cultural, espiritual ou ecológico.

DISINTEGRATION (FRAGMENTAÇÃO / DESINTEGRAÇÃO)

Desagregação de sistemas espaciais, sociais, culturais, ecológicos ou de governança que sustentam o patrimônio.

(Preserving Legacies, 2024).

PERIGO

Perigo é entendido como a(s) ocorrência(s) relacionada(s) ao(s) efeitos das mudanças climáticas com potencial de causar impactos adversos, perdas e danos ao patrimônio cultural.

Exemplos de perigos: secas, inundações, furacões, elevação do nível do mar, desertificação, perda de biodiversidade, que destroem infraestruturas e meios de subsistência.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007);

No Brasil, os povos tradicionais são reconhecidos legalmente pelo Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com essa legislação, povos e comunidades tradicionais são aqueles que:

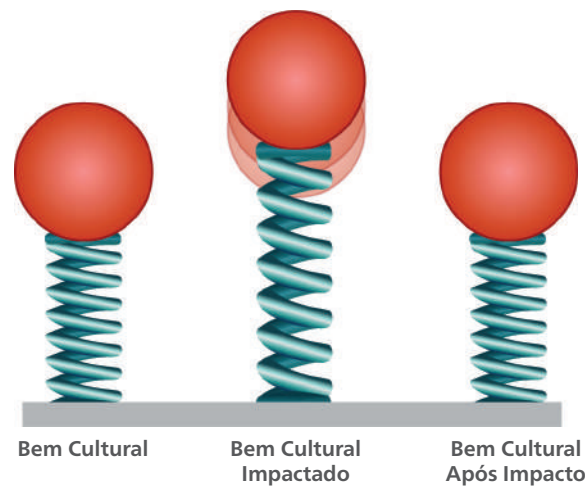
- ▶ Possuem modos de vida diferenciados, baseados em relações com a terra, a água e os recursos naturais;
- ▶ Utilizam práticas tradicionais de produção e subsistência, respeitando a biodiversidade e promovendo sua preservação;
- ▶ Organizam-se socialmente de maneira própria, transmitindo seus conhecimentos, práticas e crenças ao longo das gerações;
- ▶ Possuem identidade cultural distinta, muitas vezes associada a línguas, ritos, cosmologias e saberes específicos.

RESILIÊNCIA

“A capacidade de um bem exposto a perigos de resistir, absorver, acomodar, adaptar-se, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo de maneira oportuna e eficiente, inclusive através da preservação e

restauração de suas estruturas e funções básicas essenciais através da gestão de riscos” (UNDRR, 2016). A resiliência é representada pelos elementos que caracterizam a capacidade de enfrentamento, adaptação e restauração (Zanirato, 2025 - Prelo).

Como funciona a resiliência?



RESPOSTAS

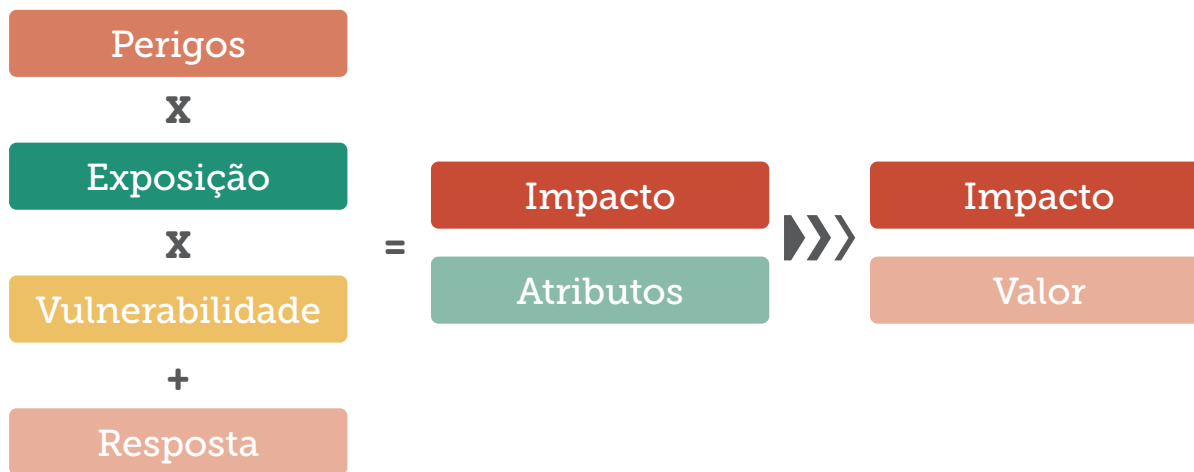
Referem-se às ações imediatas tomadas para lidar com uma situação, enquanto a capacidade adaptativa é a habilidade de um sistema para se ajustar às mudanças climáticas, moderar danos potenciais e lidar com as consequências (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

RISCO

É a probabilidade de ocorrência de um efeito nocivo, ou seja, de que um evento cause danos reais a coisas ou pessoas em um determinado período (como desastres naturais ou crises econômicas). É algo perceptível, sujeito a diferentes graus, que podem ser avaliados a partir de procedimentos metodológicos. O risco é uma medida objetiva, frequentemente quantificável, baseada em análises de ameaças externas (Zanirato, 2025 - Prelo).

$$\text{Perigos} \times \text{Exposição} \times \text{Vulnerabilidade} = \text{Risco Inerente}$$

$$\text{Risco Inerente} - \text{Efetividade da Resposta}$$



RISCO NO CONTEXTO DOS IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

No contexto dos impactos das mudanças climáticas, os riscos resultam da interação dinâmica entre perigos relacionados ao clima e a exposição e vulnerabilidade do sistema humano ou ecológico afetado. Perigos, exposição e vulnerabilidade podem estar sujeitos a incertezas em termos de magnitude e probabilidade de ocorrência, e cada um pode mudar ao longo do tempo e do espaço devido a mudanças socioeconômicas e decisões humanas (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

SENSIBILIDADE

O grau em que um sistema ou espécie é afetado, de maneira adversa ou benéfica, pela variabilidade ou mudança climática. O efeito pode ser direto (por exemplo, mudança na produção agrícola em resposta à variação da temperatura) ou indireto (por exemplo, danos causados pelo aumento da frequência de inundações costeiras devido à elevação do nível do mar) (IPCC, 2021; IPCC, 2022a; IPCC, 2022b).

SISTEMAS DE CONHECIMENTO

Sistemas de conhecimento são inerentemente holísticos, compostos por diversas partes interativas que podem abranger ou estar inseridas em diferentes aspectos inter-relacionados da prática social, incluindo dimensões econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e espirituais (Cornell et al., 2013; Orlove et al., 2022).

VULNERABILIDADE

corresponde ao estado de susceptibilidade de um dado bem (material ou imaterial) a danos, ou à incapacidade de a sociedade e os gestores do patrimônio em lidar com os efeitos adversos de mudanças, incluindo fatores ambientais, econômicos e sociais. A vulnerabilidade depende não apenas da exposição ao perigo, mas também dos fatores citados, que determinam o que é afetado, como e porquê é afetado (Zanirato, 2025 - Prelo).

No Brasil, a vulnerabilidade do patrimônio cultural pode estar ligada a fatores específicos, como:

- ▶ Grilagem de terras e especulação imobiliária (impacto sobre sítios arqueológicos, quilombos e territórios indígenas);
- ▶ Grandes empreendimentos e obras de infraestrutura (como barragens, estradas e mineração, que frequentemente afetam patrimônios históricos e culturais);
- ▶ Desmatamento em áreas protegidas pelos instrumentos de acatamento ou consideradas bem cultural por uma ou mais culturas

VALORES

Os valores correspondem aos significados, atributos, características ou qualidades específicas de um bem cultural que são considerados significativos pela comunidade, grupos locais ou seus detentores. Esses valores podem ser diversos e refletem a multiplicidade de sentidos e relevâncias atribuídas aos bens culturais, podendo incluir valores históricos, culturais, etnográficos, paisagísticos, arqueológicos, artísticos, entre outros.

USUÁRIO DO PATRIMÔNIO

É qualquer indivíduo ou grupo que interage com um bem patrimonial — seja como visitante, pesquisador, residente, detentor, guardião ou membro de comunidade tradicional — participando de sua identificação, descrição, uso cultural e gestão coletiva. No Brasil, comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais são guardiões ativos desses sítios, que mantêm vínculos culturais e de uso contínuo, como evidenciado em processos de inventário e educação patrimonial.



Oficina do Bioma Pantanal - Corumbá/MS. Foto: LAPAN/CPAN/UFMS - 2024.

I Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União: Seção 1*, Brasília, 30 nov. 1937. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: __ ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 4 ago. 2000.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 200, de 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Brasília, DF: Iphan, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC). 2025. Disponível em <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/brasil-entrega-a-onu-nova-ndc-alinhada-ao-acordo-de-paris/ndc-ver-sao-em-portugues.pdf>. Acesso em 01 de agosto de 2025.

CAJETE, G. A. (2020). Indigenous Science, Climate Change, and Indigenous Community Building: A Framework of Foundational Perspectives for Indigenous Community Resilience and Revitalization. *Sustainability*, 12(22), 9569.

CARSON, Marten; PETERSON, Gordon (eds.). *Arctic Resilience Report: Social-ecological systems resilience – central concepts and concerns*. Stockholm Environment Institute / Resilience Alliance, 2016. Disponível em: <https://www.sei.org/mediamanager/documents/Publications/ArcticResilienceReport-2016.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CORNELL, Sarah E.; BERKHOUT, Frans; TUINSTRA, Willemijn; TÀBARA, J. David; JÄGER, Jill; CHABAY, Ilan; DE WIT, Bert; LANGAIS, Richard; MILLS, David K.; MOLL, Peter; OTTO, Ilona M.; PETERSEN, Arthur C.; POHL,

Christian; VAN KERKHOFF, Lorrae. *Opening up knowledge systems for better responses to global environmental change. Environmental Science & Policy*, v. 28, p. 60–70, abr. 2013. doi:10.1016/j.envsci.2012.11.008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1462901112002110>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana: um estudo sobre gentrificação. *Cadernos Metrópole – Revista de Estudos sobre as Metrôpoles*, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 341-363, nov. 2014. doi:10.1590/2236-9996.2014-3203

GHOSH, Amitav. *O grande desatino*. São Paulo: Quina, 2022.

IPCC. *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Masson-Delmotte, V. et al. (eds.)]. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. 2391 p. doi:10.1017/9781009157896.

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [Pörtner, H.-O. et al. (eds.)]. Genève: IPCC, 2022. Versão final concluída em 27 de fevereiro de 2022.

IPCC. *Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Contribution of Working Group III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change* [eds.]. Genève: IPCC, 2022. Publicado em 4 de abril de 2022.

IPHAN. *Inventários participativos – Manual de Aplicação*. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/.../ManualdeAplicaoInventriosParticipativos1.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

IPHAN. *Portaria Iphan n. 200, de 15 de maio de 2016*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/.../portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf. Acesso em: 01 ago. 2025.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Editora Companhia das letras, 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/MG. *Material de apoio técnico – Questionário de Identificação do Inventário Cultural – ICMS Patrimônio Cultural – Exercício 2025*. Belo Horizonte: IEPHA/MG, 2024. Disponível em: https://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS_2023/MATERIAL_DE_APOIO_T%C3%89CNICO_-_EXERC%C3%8DCIO_2025/QIIC_Material_de_Apoio_T%C3%A9cnico.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

ORLOVE, Ben; SHERPA, Pasang; DAWSON, Neil; ADELEKAN, Ibidun; ALANGUI, Wilfredo; CARMONA, Rosario; COEN, Deborah; NELSON, Melissa K.; REYES-GARCÍA, Victoria; RUBIS, Jennifer; SANAGO, Gideon; WILSON, Andrew. *Placing diverse knowledge systems at the core of transformative climate research*. *Ambio*, v. 52, n. 9, p. 1431–1447, set. 2023. doi:10.1007/s13280-023-01857-w. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13280-023-01857-w>. Acesso em: 1 ago. 2025.

PESTANA, Til. *Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, 2015. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural__Til_Pestana__DAF.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

PRESERVING LEGACIES. *Glossário Preserving Legacies*. s.l.: Preserving Legacies, 2024. Disponível em: <https://www.heritageadapts.org/glossary>. Acesso em: 1 ago. 2025.

SABOUR, Salma; MEGARRY, William; FORGESSON, Sarah; PATERNO, Tina; POTTS, Andrew; SOARES SILVA, João Paulo; RONSIN-QUÉCHON, Délie; BOUAZIZ, Khansa; POLANCO, Julianne; SNYDER, Michael; CARPIO, Elizabeth; HERRMANN, Victoria. *The Preserving Legacies guiding principles and framework for assessing climate change risk to heritage places*. Charenton-le-Pont & Paris: ICOMOS & Preserving Legacies, 2024. 17 p. Projeto Preserving Legacies. ISBN 978-2-487082-10-6

UNDP. *Capacity Development: A UNDP Primer*. New York: United Nations Development Programme, 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/capacity-development-primers>. Acesso em: 1 ago. 2025

UNICEF. *Glossário climático para jovens*. Escritório Regional para América Latina e Caribe; UNICEF, [nov. 2020]. Disponível em: <https://www.unicef.org/lac/media/31666/file/Glossario-climatico-para-jovens.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2025.

UNESCO - Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm. Acesso em: 01 ago. 2025.

UNESCO. *Local knowledge, global goals: the role of local knowledge in achieving the goals of the 2030 Agenda for Sustainable Development*. Paris: Unesco, 2018. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259599>. Acesso em: 1 ago. 2025.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS; IUCN. *Enhancing Our Heritage Toolkit 2.0: Assessing Management Effectiveness of World Heritage Properties and Other Heritage Places*. Paris: Unesco World Heritage Centre, 2023. Disponível em: https://www.iccrom.org/sites/default/files/publications/2023-11/enhancing_our_heritage_toolkit_2.0_web.pdf. Acesso em: 1 ago. 2025.

UNFCCC. *Acordo de Paris* sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. 1992. Promulgado no Brasil pelo Decreto N. 9.073, de 5 de junho de 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm. Acesso em 08 de agosto de 2025.

UNFCCC. Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. 2015. Promulgada no Brasil pelo Decreto N. 2.652, de 1 de julho de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9073.htm. Acesso em 08 de agosto de 2025.

ZANIRATO, Silvia H. Metodologias para a avaliação de riscos ao patrimônio cultural diante das mudanças climáticas: análise de propostas. *Revista CPC – USP*, 2025. No prelo.

Este livro foi composto com as famílias das fontes Museo Slab
Rounded e Neue Frutiger World.



MINISTÉRIO DA
CULTURA



